

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA GESTÃO EDUCACIONAL: DISCUSSÃO DO TEMA ENVELHECIMENTO COM PROFESSORES E EQUIPE PEDAGÓGICA

Ethiene Serrano Alves (UNESPAR/FECILCAM), ethiene_alves@hotmail.com
Paula Évile Cardoso (UNESPAR/FECILCAM), paulaevile@gmail.com
Divania Luzia Rodrigues (UNESPAR/FECILCAM), divaniar@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo apresentamos uma prática de estágio no campo da Gestão Educacional, realizada no 4º ano do curso de Pedagogia, da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Nosso país está em um ritmo acelerado de envelhecimento populacional. As estatísticas apontam que, em 2025, a população idosa será de 32 milhões de pessoas, com idade igual ou superior a 60 anos. Essa questão nos motivou a estudar e a contribuir com os professores e a equipe pedagógica de uma escola da rede municipal de ensino sobre o processo de envelhecimento e velhice. No estágio desenvolvemos ações que contemplassem a discussão de alguns aspectos da Lei 10.741/2003 do Estatuto do Idoso. Tomamos como parâmetro para o estágio, especialmente, o que está previsto no artigo 22 do Estatuto, que “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento”. Dentre as ações que organizamos para contemplar o objetivo geral estão: o estudo do Projeto Político-Pedagógico, entrevistas com a pedagoga e com os professores; estudo e discussões do processo de envelhecimento, do respeito e valorização do idoso com a comunidade escolar e doação do Estatuto do Idoso para o acervo da biblioteca.

PALAVRAS-CHAVE: *Envelhecimento; Educação; Trabalho pedagógico.*

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma prática de estágio de Gestão Educacional, realizado no 4º de Pedagogia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - PR. O objetivo central da pesquisa pautou-se na investigação: de que modo as escolas, as instituições educativas, estão se preparando para adequar seus currículos e desenvolvendo ações com os alunos sobre o processo de envelhecimento da população? Esta questão amparou-se em leituras e, em particular, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), que no artigo 22 prevê que: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (BRASIL, 2003).

No caso do estágio na Gestão Educacional nos interessou pesquisar o tema envelhecimento e propor à comunidade escolar, em especial aos professores e aos coordenadores pedagógicos, uma reflexão sobre a temática. O desenvolvimento do estágio ocorreu em uma escola municipal, localizada na periferia do município de Campo Mourão – Paraná - Brasil.

Para alcançar nosso objetivo algumas proposições foram pensadas. O estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) e da Proposta Curricular do Ensino (PCC) quanto à implementação da Lei 10.741/2003 do Estatuto do Idoso. Por meio de entrevista buscou-se compreender o trabalho

pedagógico a cerca do tema norteador, envelhecimento e os direitos do idoso e, também investigou-se com os professores o conhecimento sobre tema. Palestras aos professores sobre a temática o Envelhecimento e os Direitos do Idoso, a fim, de argumentar a importância da inserção do conteúdo no currículo escolar.

Para isso na prática docente envolveu-se os alunos na produção de mensagens e cartazes sobre o tema. Uma apresentação aos professores e à coordenação pedagógica foi realizada. Nesse expôs-se a importância da valorização do idoso, considerando no primeiro momento o que diz o Estatuto do Idoso a cerca de seus direitos, e jungido mostrou-se o trabalho de estágio realizado anteriormente com o grupo da terceira idade da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, que teve o intuito de demonstrar uma prática pedagógica que poderia ser desenvolvida por meio do registro de memórias.

Destacou-se que o crescimento da população de idosos é um fenômeno mundial. E, que atualmente, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais e, “para 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco em todo o mundo, e de uma para três nos países desenvolvidos” (BRASIL, 2002).

No caso do Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a população de idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6% da população brasileira)” (BRASIL, 2002). Dentre os idosos brasileiros, as mulheres são maioria, 8,9 milhões (62,4%), com idade média de 69 anos, são responsáveis pelos domicílios e têm, em média 3,4 anos de estudo. Para o IBGE, o rendimento médio de R\$ 657,00, faz com que o idoso ocupe, “cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira”. Estes dados indicam uma questão social importante, em que precisamos organizar formas favoráveis de atendimento a população idosa.

Sendo a escola o local da educação institucionalizada, os conteúdos necessários devem considerar o indivíduo como um ser social. Assim, a inclusão do tema idoso no currículo escolar, seja por meio de disciplinas ou de temas abordados, pode contribuir para minimizar o preconceito ao idoso, produzindo novos conhecimentos e comportamentos.

O pedagogo, além da docência, é o profissional que organiza e planeja o trabalho desenvolvido nas escolas. Este profissional pode coordenar ações educativas - as quais estão essencialmente articuladas às questões sociais – com a comunidade escolar na discussão do tema envelhecimento e seus direitos. Nessa prática de estágio no primeiro momento apresentamos as leituras iniciais sobre o conceito de idoso e um breve panorama da população idosa no Brasil. Em seguida, apresentamos o desenvolvimento e a descrição das atividades desenvolvidas na escola, como as entrevistas com os professores e equipe pedagógica.

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE IDOSO E PANORAMA DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

É importante compreender o conceito de idoso segundo a classificação por idade e, depois um breve panorama da população idosa no Brasil. Para Veras e Caldas (2004) a velhice é um processo que chega a todo indivíduo, isto é, o ciclo de vida inicia-se pelo nascimento, segue para a fase de infância, caminha para a adolescência, atinge a fase adulta e chega a seu ápice na senescência. Entre essas tantas fases que o indivíduo percorre, percebemos um turbilhão de transformações de ordem física (fisiológica), emocional (sentimentos e afetos) e cognitivo (pensar e refletir).

Segundo Camarano (1999) a distinção de um indivíduo idoso e o não-idoso pode relacionar objeções do ponto de vista científico, mas para os formuladores de políticas é importante caracterizar esse público. Pois, os recursos públicos dependerão de alguma forma desta especificação e diferenciação dessas pessoas, fazendo parte assim, de uma categoria. Para tanto, definir um indivíduo como idoso geralmente é destacado o caráter biológico. Camarano (1999 p.3) nos apresenta que:

A partir da noção biológica de velhice ou, mais precisamente, de senilidade, é possível, então, demarcar, através do padrão declínio de determinadas características físicas, o momento a partir do qual o indivíduo pode ser, ou não, considerado como 'velho'. Esse momento, quando semelhante em termos de tempo de vida entre diversos indivíduos, permite o uso da idade como critério de demarcação da velhice. Nesta lógica, idoso é aquele que tem a idade correspondente à idade típica de um 'velho'. O problema de classificação torna-se aparentemente simples, demandando apenas que se estabeleça a idade-limite que separa a velhice da não-velhice para separar os idosos dos não-idosos.

Silveira (2002) informa que o conceito de idoso é visto pela idade cronológica, além de, o grau de desenvolvimento do país em que o mesmo está residindo. Assim, a pessoa "velha" é considerada idosa ao alcançar a idade de 65 anos tendo por base um país desenvolvido, entretanto, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a idade afixada é de 60 anos. Nesta perspectiva, notamos quem é considerado idoso em duas leis no Brasil. De acordo com a Lei 8.842/1994 - que criou o Conselho Nacional do Idoso - no artigo 2º, é considerado idoso, "a pessoa maior de sessenta anos de idade". Na Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso, no artigo 1º esclarece que o documento destina-se "a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos".

Camarano (1999) esclarece que a complexidade da questão é maior quando se observa três aspectos, como homogeneidade entre indivíduos, no espaço e no tempo; suposição de que características biológicas existentes de forma independente de características culturais e, o último, preconiza a finalidade social do conceito idoso. Portanto, para transpor esses entraves de forma simultânea é preciso determinar que ter muita idade ou ser idoso é atribuição de juízo de valor. Porém,

o legislativo compreende que a idade cronológica é o critério universal de classificação, o qual passa a padronizar indivíduos, não considerando os diferentes lugares, diferentes épocas vividas e a influência cultural e social. Contudo, as leis públicas, em muitas vezes, não consideram os atributos que advêm com o processo de envelhecimento, a própria sociedade também não os vêem e, assim simplesmente, os julgam pelo fruto de suas condições sociais como o trabalho, a alimentação, saúde, etc.

Com relação ao panorama da população idosa, sabemos que a população idosa cresce a um ritmo acentuado em muitos países, o que não é diferente no caso do Brasil. O envelhecimento populacional está relacionado a uma mudança na estrutura etária da população, e esse fator pesa e determina o início da velhice. O índice de mortalidade está em contínuo decrescer, mas isso não é o único fator para constatar o envelhecimento populacional, associado a ele, o Brasil também experimentou um declínio na fecundidade e isso permitiu um contínuo estreitamento da base da pirâmide etária (VERAS, 2007).

Segundo Veras (2007) o aumento da população idosa no mundo é fato, digno de um verdadeiro fenômeno. E no Brasil esse crescimento com tamanha velocidade implica em um processo de muitas transições e questões de políticas públicas. Porém, é necessário levarmos em conta que mudanças se apresentam no contexto nacional, a qual aflora ainda mais a desigualdade social, a pobreza e a fragilidade dos órgãos públicos. O Brasil nas projeções indica que em 2020 já seremos um país com um número bem expressivo de idosos, 30 milhões, isto é, o sexto país do mundo. O pesquisador Veras (2007, p. 3) acrescenta ainda:

O Brasil hoje é um jovem país de cabelos brancos. Todo ano, 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira, a maior parte com doenças crônicas e alguns com limitações funcionais. [...]. O número de idosos passou de 3 milhões, em 1960, para 7 milhões, em 1975, e 17 milhões em 2006, um aumento de 600% em menos de cinquenta anos.

No entanto, é necessário que diferenciemos longevidade e envelhecimento, pois ambas são usualmente confundidas. Carvalho e Garcia (2003), afirmam que o termo longevidade é atribuído a quantidade de anos vividos por uma pessoa da mesma geração, ou seja, o conjunto de recém nascidos em um mesmo momento. Já envelhecimento populacional nem está ligado aos indivíduos, nem a cada geração, mas exclusivamente a mudança de faixa etária da população, o que nos vale apontar que não se restringirá apenas aos fatores biológicos, mas também serão levados em conta os fatores econômicos, ambientais, científicos e culturais.

Segundo Wong (2006) a população brasileira, entre os anos 40 e 60, teve queda no número de mortes e a natalidade aumentou. Em meados da década de 60, a fecundidade aponta uma redução e isso alavancou uma mudança em relação à distribuição etária do Brasil, assim como, percebido na

maioria dos países da América Latina. Entre 1970 a 2000, a fecundidade em contínuo declínio atingiu o ápice, em todo o território brasileiro, mesmo considerando as desigualdades socioeconômicas e geográficas presentes do Brasil

Carvalho e Garcia (2003) acrescentam que se no ano 2000, houvesse a estabilidade ou que estanque o declínio da fecundidade no Brasil, assim mesmo, todo o país continuaria em um ritmo de envelhecimento. Mas como sustenta Wong (2006), a tendência é que o grau de envelhecimento seja de 19,3% nas próximas décadas, efetivando desta maneira uma população fechada. E, por isso, que as políticas e toda a população devem estar preocupadas para essa nova mudança na característica da população brasileira. É necessário que a sociedade pense formas de se organizar essa nova realidade, buscando um esclarecimento sobre as leis que regulam direito e deveres das pessoas idosas. Dentro destes estudos, as instituições de ensino são as que participam com esse caráter formativo e transformador para discutir e interagir com a realidade cotidiana.

RELATO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA ESCOLA

As reflexões realizadas por meio da prática de estágio trouxeram questões sobre o trabalho do pedagogo e o projeto político pedagógico. Primeiramente, é necessário entender a Pedagogia como “ciência da educação”, uma área do conhecimento, que tem como especificidade a reflexão global e unificadora da realidade da educação (LIBÂNEO, 2010). Neste sentido, o pedagogo é articulador da práxis, atuando para além da docência, ou seja:

[...] atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2010, p. 11).

A pedagogia interage com o mundo social e escolar de ensino, este deve ser sistematizado, ou seja, planejado, desenvolvido, organizado para atender as necessidades e anseios sociais. Por isso, Libâneo (2011, p.30), afirma que:

[...] a educação deve ser um conjunto de ações, processos, influências, estruturas, que intervém no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinando contexto de relações entre grupos e classes sociais.

O caráter pedagógico da prática educativa, segundo Libâneo (2010) é regido pelo cuidado em esclarecer os objetivos e as formas de desenvolver e organizar a transmissão de saberes, para o

crescimento humano e isto é feito nos projetos políticos pedagógicos¹ e de gestão social. Sabemos que, este é um dos contextos de trabalho do pedagogo, que atua diretamente no planejamento da ação educativa.

A criação do projeto político pedagógico ou de outros processos educativos demanda a cooperação de todos, que para Vasconcellos (2009), muito embora os mais presentes nestes processos sejam os que compõem a equipe pedagógica. Este autor aponta três competências como definição para um bom projeto político pedagógico: conceitual, procedimental e atitudinal, e destaca que:

No campo conceitual, embora da maior importância, as coisas caminham com mais tranquilidade (mas não sem conflitos). A nosso ver, do ponto de vista subjetivo, o desafio maior neste momento histórico está muito mais no campo atitudinal e procedimental: o desejo de fazer projeto e o caminho para se fazer (VASCONCELLOS, 2009, p. 37).

Portanto, a produção do projeto político pedagógico deve ser um processo que articula a escola com o mundo social e histórico, compreendendo que nesse processo complexo estão inseridos também as relações de saber e do poder. Nesta perspectiva Veiga (2001) afirma que:

Essas relações são constituídas de elementos culturais, éticos, políticos e ideológicos que produzem um *conhecimento* legítimo e determinante com base no qual são construídos os códigos normativos, as leis e as organizações que conduzem e orientam a vida social. (VEIGA, 2001, grifos do autor, p.149-150).

Contudo, percebemos que muitos elementos estão em questão na construção do projeto político pedagógico, tais como: normas, regras, regulamentos, resoluções, leis, conhecimentos, relações humanas, o momento histórico. Estes elementos servem de parâmetros para a produção do projeto, bem como, a sua articulação com a realidade (VEIGA, 2001). Para esta autora o projeto político pedagógico tem que ser renovado de tempos em tempos, porém as ações planejadas hoje visam atender a uma realidade imediata e, não são suficientes por muito tempo, uma vez que os anseios da sociedade estão em contínuo movimento de transformação e superação.

Nesse sentido, a discussão dos conteúdos curriculares vem ao encontro nessa perspectiva de gerar e organizar o diálogo entre escola e comunidade escolar, a fim de interagir com os aspectos externos da sociedade, da cultura e da sua própria história, percebendo assim, os elementos intrínsecos (valores éticos, ideologias etc.) acerca de assuntos do cotidiano familiar (LIBÂNEO, 2010).

Como exposto por Veiga (2001) e outros autores, o projeto político pedagógico imprime a autonomia da escola, pois sua elaboração está fundamentada no princípio da gestão democrática e de

¹ Esclarecemos que autores como Veiga e Vasconcellos utilizam o termo projeto político pedagógico para definir o que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9394/96), aparece como proposta pedagógica, no artigo 12 e de projeto pedagógico, no artigo 14 (BRASIL, 1996).

forma colegiada. Este aspecto se apresenta também na Proposta Pedagógica da Educação Infantil² (2009, p.130) da escola em que realizamos o estágio, que afirma o seguinte:

A participação do cidadão e o exercício de sua cidadania no campo educacional e, mais especialmente, na gestão escolar, estão ligados a um processo mais amplo de extensão da cidadania social à cidadania educacional. [...] Participação significa a intervenção dos professores da educação e dos demais segmentos que fazem parte do contexto escolar.

O projeto dessa escola toma como parâmetro esses aspectos teóricos que fundamentam a sua importância para a prática educativa. Entretanto, não ficou evidente no texto do projeto discussões ou ações que contemplassem o tema idoso ou envelhecimento ou a lei 10.741/2003 do Estatuto do Idoso, em especial ao artigo 22. Assim as ações desenvolvidas procuraram envolver a comunidade escolar na discussão de temas acerca do processo de envelhecimento, do respeito e valorização do idoso.

Entrevista com a pedagoga escolar

Realizou-se uma entrevista com uma das pedagogas da escola, para maiores esclarecimentos quanto à organização pedagógica sobre o tema envelhecimento. A entrevista semi-estruturada possibilitou a organização de um roteiro prévio de questões, como também uma liberdade ao entrevistador para desenvolver a direção mais oportuna durante o diálogo que estabelece com o entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.199). O objetivo central era perceber se a escola possuía ou não ações que envolvessem a comunidade, para o debate e discussão de ações voltadas ao envelhecimento e aos direitos do idoso.

Conforme alguns aspectos da entrevista com a pedagoga (ou coordenadora pedagógica) da escola, gravada em formato de áudio e depois transcrita. Selecionou-se os trechos que mais se adequavam a temática da pesquisa. Iniciou-se perguntando um pouco sobre a sua formação e atuação profissional. Esta profissional se formou em Pedagogia na FECILCAM, com ênfase em Orientação Educacional, cuja conclusão ocorreu no ano de 1998. Possui pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e Metodologia do Ensino. Trabalha em outras instituições públicas nas funções de Orientadora e Supervisora Pedagógica e, nesta escola, atua na Equipe Pedagógica desde 2009. Também salientou sua experiência de cinco anos com a Educação Infantil, na qual desempenhava as funções de “gestão e supervisão”. A pedagoga nos relatou que as principais atividades exercidas por ela, atualmente, na escola são de atendimento, em especial, aos alunos e aos pais. Justificou que atende “tanto a parte pedagógica quanto essa parte voltada ao dia a dia que é mais comportamento”, ou seja, o

² Esclarecemos que não tivemos acesso à Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, durante o estágio, pois segundo as pedagogas, o texto estava desatualizado, mas nos permitiram verificar a parte dos conteúdos.

atendimento aos casos de alunos que não desejam permanecer nas salas ou estudar é grande, o que demanda o atendimento aos pais constantemente.

Em relação à pergunta se já havia lido o Estatuto do Idoso, a pedagoga respondeu que na escola há uma “preocupação com o todo” e que no mês de setembro haveria um trabalho “voltado ao idoso” tendo em vista o comportamento dos jovens em relação aos idosos. Afirmou que este projeto foi motivado pelo desenvolvimento de nosso estágio. Com relação aos materiais que já leu e aos cursos que participou sobre o tema, a pedagoga disse que agora já possui um “parâmetro [...] que um dos seguidores seria Paulo Freire”, um autor, que segundo ela, “defende a EJA e a área de idosos”. E para esse trabalho destacou Paulo Freire dizendo que é importante a valorização das experiências e vivências dos mais de idade. Para tanto, nos apresentou que a forma de atualização frente a essa temática fica mais a critério das reuniões promovidas pelo “núcleo de educação”, que ela sempre participa. Quanto à importância de estudos do tema, a pedagoga acredita que as crianças estão com liberdade em excesso e sem limites e que é preciso que elas aprendam a respeitar todas as pessoas, independente da idade.

A entrevista se deu na fase final do nosso estágio e acreditamos que isso tenha influenciado nas respostas da pedagoga. Percebeu-se, que a escola ainda não havia discutido de forma sistematizada essa temática. Mencionou na entrevista a importância do nosso projeto e justificou que na próxima reorganização do projeto político pedagógico, o apontamento desenvolvido nesse estágio levará inclusão dessa discussão para o conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula.

Questionário com os professores

Com os professores realizou-se uma investigação por meio de questionários. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 203) o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O questionário que elaborado, foi entregue aos professores durante o desenvolvimento do estágio e possuía como objetivo identificar se os professores tinham conhecimento do tema envelhecimento, bem como, a obrigatoriedade desse conteúdo no currículo de ensino.

Os dados coletados nos questionários com os professores. Entregamos 25 questionários, destes seis foram respondidos pelos professores que atuam no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da escola pesquisada. O questionário foi composto por questões que abrangiam os seguintes aspectos: área de formação; tempo de atuação na educação; disciplinas que ministra; uso da hora atividade; conhecimentos, leituras e eventos que participou sobre o tema idoso; sugestões de encaminhamentos do conteúdo sobre envelhecimento nas aulas. Esses dados poderão ser conferidos por meio da descrição abaixo.

Com relação à área de formação, observamos que contemplamos, na pesquisa, professores com formações variadas, tais como: um professor formado em Educação Física, um professor em Matemática, um de Letras, um em Geografia e dois em Pedagogia. Na segunda questão, pesquisamos o ano que o professor iniciou suas atividades de docência, a maioria possui pouco tempo de experiência ficando numa média de dois anos e três meses e apenas uma professora possuía em tempo maior de trabalho: 22 anos. Quanto às disciplinas ministradas, três professores disseram atuar em áreas específicas, como Educação Física, Geografia e Matemática, os outros três lecionam todas as disciplinas dos anos em que lecionam na primeira fase do Ensino Fundamental. Quanto à questão referente à hora atividade, todas as repostas tiveram uma mesma perspectiva. Os professores afirmaram que utilizam esse tempo para correção e/ou elaboração de atividades e provas, pesquisam os assuntos e os conteúdos a serem abordados durante as aulas, planejam e organizam materiais para utilização em sala de aula.

Com relação à leitura do Estatuto do Idoso, cinco professores disseram que não leram e um professor afirmou já ter lido este documento. Observamos que ao apresentar o artigo 22 do estatuto do idoso, a qual torna obrigatória a inserção do conteúdo envelhecimento, valorização e respeito ao idoso como conteúdo curricular, os professores não demonstram em suas respostas resistências quanto à inserção desse conteúdo, até consideram bem importante trabalhar com essa temática porque são ações e experiências cotidianas que permeiam os nossos dias. Vejamos as respostas:

- A. Percebo que é uma responsabilidade a mais para nós professores, pois isto é algo que devemos pensar desde cedo.
- B. Acho que é importante a criança ter noções de cidadania desde os anos iniciais até os finais. O que a criança aprende na escola, leva para a vida.
- C. Acho importante sim trabalhar esses conteúdos, uma vez que estão presentes em nosso dia a dia.
- D. Acredito que mereça nossa atenção, pois o trabalho em sala está cada vez mais difícil e se não houver respeito, principalmente, aí que as coisas não funcionam.
- E. Necessário, a sociedade precisa rever alguns valores para que haja respeito como antigamente. Uma sociedade só melhora quando se há respeito com os idosos, com a cultura dos antepassados tem-se muito a aprender a acrescentar. Vejamos os exemplos nas tradições religiosas: Hinduísmo, Budismo e Confucionismo.
- F. Importante no sentido de valorizarmos o indivíduo que vivenciou muitas coisas e pode nos auxiliar com sua experiência e isso não é um conteúdo de difícil inserção em nossos currículos principalmente da Geografia Humana e suas relações sociais.

Quando questionados sobre outras leituras acerca do idoso, três haviam lido algum material (“na faculdade”, “na Campanha da Fraternidade”, “leitura na Revista Veja e televisão”), mas outros três não tiveram contato com essa temática. Na questão se o professor já havia participado de algum evento ou reunião que abordasse o tema idoso todos os professores escreveram “não”. Sobre as ações

que poderiam desenvolver para atender essa nova realidade exigida pelo Estatuto do Idoso, os professores deram sugestões interessantes, tais como: pesquisas por meio da internet, utilização de dinâmicas, leitura de jornais e revistas, discussões por meio de cartazes, confecção de redações, promoção de palestras etc. Vejamos as respostas:

1. Quais as ações têm sido desenvolvidas para atender a esse artigo do Estatuto do Idoso?
 - A. Apesar de não estar tão por dentro desse artigo, acredito que seja possível inseri-lo nos conteúdos, pois faz parte de um tema atual e rico em experiências.
 - B. Através de palestras, redação, leitura de jornais e revistas que tratem do assunto, discussões em sala de aula, pesquisa na internet, etc.
 - C. Na escola já proporcionamos um momento para essa temática, a qual ocorre em setembro, geralmente, realizamos discussões em sala e elaboramos cartazes etc.
 - D. Em primeiro lugar iniciando uma discussão em sala a respeito do tema, depois pouco a pouco, introduzindo outras atividades que permitam pesquisas e para perceber a importância do conteúdo.
 - E. Aulas, dinâmicas, visitas e pesquisa. E com experiências de grupos da comunidade.
 - F. Como mencionei, a geografia humana é a parte que nos faz refletir sobre as relações que se dá na sociedade, então acredito que sobre essa perspectiva seria fácil acrescentar-la ao conteúdo escolar.

Diante das respostas obtidas, nota-se pouco esclarecimento sobre a importância desse conteúdo permear as discussões dos professores. Por outro lado, os professores não demonstraram resistência quanto à inserção do conteúdo nas disciplinas, foram apontadas algumas sugestões relevantes o que pode ser amadurecido e ajustado na reformulação do projeto político pedagógico dessa escola, uma vez que a pedagoga nos informou que ele sofrerá alterações no próximo ano corrente.

Ressalva-se que no momento a hora atividade dos professores, a maioria destina seu tempo mais para correção e preparo de avaliações dos alunos, apenas os professores D e E deram a entender que buscam estar se atualizando por meio de leitura e pesquisas extras. Isso destaca a imagem do professor pesquisador que é de fundamental importância para complementar nossa caminhada escolar.

Neste ponto, destaca-se a importância do pedagogo escolar para a coordenação de discussões nessa área na escola. Brzezinski (1996) coloca que o profissional deve estar sempre aberto e preocupado com as tendências e modificações em que se apresentam em nosso dia a dia. Para isso, é fundamental atuar com autonomia em diversas áreas do ensino, ser competente e saber ensinar indistintamente da idade. Para esta autora o educador como profissional deve:

[...] dominar determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico, que traduz o compromisso ético e político com os interesses da maioria da população brasileira; (e que) é capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo

educacional ocorre, sendo capaz de atuar, como agente de transformação de realidade em que se insere, assumindo, assim, seu compromisso histórico (BRZEZINSKI, 1996, p. 209).

Diante disso o professor deve priorizar em seu ensino formal algumas instâncias de formação, escolares ou não. Mas que objetive em um ensino explícito, ou seja, que exponham de maneira clara seus objetivos e quais suas intenções em prática didático-pedagógica.

Ações desenvolvidas com os alunos

Para envolver os alunos na temática “idoso”, em um primeiro momento, elaborou-se um painel com frases, inspiradas em artigos do Estatuto do Idoso, que fixou-se no mural da escola. Com este painel, composto por questões, visou-se suscitar a curiosidade e a reflexão das crianças sobre o idoso e os seus direitos. Junto ao painel, deixou-se uma caixa para que os alunos pudessem depositar frases, textos que retratassem o respeito e a valorização dos idosos mais próximos deles, a exemplo, os avós. Com estes recados e frases elaborados pelos alunos, em um segundo momento, confeccionamos um grande painel, a fim de valorizar e expor a participação ativa dos alunos da escola. Nesta ocasião, fizemos a exposição dos cartazes confeccionados pelos alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental – turma em que desenvolvemos o nosso estágio de docência no Ensino Fundamental – sobre a temática “valorização do idoso”. Alguns alunos participaram também da palestra, organizada e ministrada pelas estagiárias. Percebeu-se que este encaminhamento foi importante, pois as crianças envolveram-se nas atividades, ocorrendo interação e participação dos alunos. Neste sentido, Gasparin afirma que (2007, p.111):

As técnicas pedagógicas são um dos elementos do processo de mediação. Os demais são: a ação do professor, sua atitude profissional, a forma de tratar o conteúdo, os relacionamentos entre professor e alunos e entre os próprios alunos, as ligações do conteúdo com a vida real dos aprendizes e com o contexto social maior.

Palestra com a comunidade escolar

Na realização deste estágio, apesar de todo apoio que recebemos da Equipe Pedagógica, observamos certa dificuldade em organizar um momento que pudéssemos falar diretamente com os professores e os funcionários sobre o nosso tema. Para isso, precisamos dialogar com a Direção e Equipe Pedagógica que já havíamos trabalhado este tema em outros momentos de nossa formação. A Direção e Equipe Pedagógica aceitaram a nossa participação em um evento organizado pela escola, denominado: “Dia da Família na Escola”. Este dia foi criado pela escola, faz parte de suas atividades pedagógicas, em que todos os anos, ela socializa conhecimentos e informações com alunos, pais, professores e comunidade escolar. Este evento conta com a presença de autoridades do município,

pais, professores, funcionários, alunos, comunidade, outras instituições de ensino, em especial, de ensino superior, que comunicam seus projetos, estudos e pesquisas para contribuir com o processo formativo dos presentes. Foi um momento ímpar participar desse evento com a comunidade escolar.

Desse modo, organizou-se uma palestra com o título “Envelhecendo com Qualidade de Vida”, em que objetivou-se: uma reflexão sobre o conceito de idoso, o processo de envelhecimento, dados relativos ao envelhecimento da população brasileira e seus direitos, e os direitos assegurados por meio do Estatuto do Idoso. Este momento teve início com uma reflexão “O que é ser velho?”. A partir da participação dos presentes, desenvolveu-se os conteúdos planejados, os quais foram organizados em apresentação de *slides*. Os artigos do Estatuto do Idoso que mais receberam destaques durante a apresentação foram estes referentes à educação:

Art.21 O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

Art.22 Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (BRASIL, 2003).

O processo de envelhecimento foi focado, em especial, pelo aspecto fisiológico, em que explicamos que muitos idosos chegam a essa idade com a saúde muito comprometida. Incentivou-se a conhecer e priorizar as escolhas com os hábitos alimentares saudáveis. Isto embasado em Veras e Caldas (2004) que orientam que o que proporciona ao idoso um pensar mais amplo quanto à sua saúde preventiva, é disseminar esse conhecimento da última fase do ciclo da vida humana – a velhice auxilia na promoção de uma qualidade de vida. Os autores vão além, afirmando que:

A proposta para os que já são idosos é a de promover a saúde por meio da manutenção ou recuperação da autonomia e independência. Com isso, naturalmente, procurar-se-á postergar, ao máximo, o início das doenças, pois estas, em sua imensa maioria, são crônicas, e depois de instaladas são de difícil resolução e evolução lenta (VERAS; CALDAS, 2004, p.427).

No segundo momento da palestra apresentou-se o trabalho com o grupo da Terceira Idade da FECILCAM, realizado durante o estágio Não-Formal. Objetivou-se mostrar uma experiência importante de formação e de educação na Terceira Idade e da necessidade de valorizarmos as memórias dos idosos para a história do grupo. A atividade teve como desfecho a apresentação do vídeo com a música Aquarela³, em que faz uma metáfora entre a vida, do nascimento à morte, por

³ Com trilha homônima de Toquinho, Vinícius, Morra e Fabrizio. O vídeo tem duração de 4 minutos e dezessete segundos. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=UjRw1Cn1dE>>. Acesso em 02 jul. 2011.

meio de uma pintura de aquarela. Com esta atividade visou-se pensar mais além das políticas sancionadas acerca da velhice, mas a necessidade de expandir nossos conhecimentos, pois ela chegará para todos.

Assim, as ações planejadas sempre foram conduzidas e motivadas a estabelecer uma preocupação com o estudo dedicado a perceber o que Pondé Filho (1997), Kalache (1987) e outros afirmam – o envelhecimento da população, o aumento da expectativa de vida, não está imbricado pelas melhorias na qualidade de vida, isto significa que temos que ter maiores preocupações com uma vida saudável, no campo da alimentação, saúde corporal, saúde preventiva, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entender que o processo de envelhecimento é algo inerente ao ciclo de vida do ser humano. Uma vez que há um aumento na expectativa de vida em todo o mundo, sendo o Brasil um dos países que compõem esse ranking. O aumento da expectativa de vida se deu pelo aumento da qualidade de vida, composto por fatores como social, histórico, econômico, biológico e cultural.

Assim, a educação escolar não pode estar indiferente com esta temática, por isso essas ações desenvolvidas durante a pesquisa no âmbito escolar permitiu um amadurecimento teórico prático da equipe pedagógica, professores e comunidade escolar. Também auxiliou uma nova proposta de adequação ao Projeto Político Pedagógico da escola, a fim de contemplar os artigos previstos na Lei 10.741/2003 do Estatuto do Idoso.

Pode-se caracterizar a importância da atuação do pedagogo frente a essa temática, pois sua articulação incide nas ações didático-pedagógicas, a qual assessora os docentes na inserção e adaptação de seus planejamentos. Para aprovar um planejamento o pedagogo muitos são os pontos a serem analisados, e mais um deve estar sendo levados em consideração, as questões quanto ao envelhecimento e os direitos do idoso.

Desta forma, o recurso da entrevista a pedagoga proporcionou um esclarecimento e uma reflexão importante diante de suas ações e responsabilidades. Já a entrega de questionários e a própria aplicação da proposta do trabalho em sala de aula, os resultados foram satisfatórios.

Ações como essa suscitam refletir que a importância de perceber o aluno como um ser social e histórico, e que por esse dinamismo histórico a responsabilidade do pedagogo é grande. Enfim, a discussão da temática contribuiu e refletiu em uma compreensão da participação do idoso na vida em sociedade, uma vez que essas arguições serão encaminhadas para acréscimo ao novo Projeto Político Pedagógico que será repesando neste ano corrente. Valorizar e assegurar os direitos dessa nova categoria torna-se fundamental, pois tão logo os idosos representarão a maioria da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei n. 9394/96). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei n. 10. 741, de 1 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso** (2003). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2010.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842htm>. Acesso em: 10 nov. 2011.

BRASIL. Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

BRZEZINSKI, Iris. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**: busca e movimento. 7. ed. Campinas - SP: Papirus, 1996.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.* **Como vai o idoso brasileiro?** IPEA: Rio de Janeiro, 1999. Disponível em site:< <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/MU2312.pdf> > Acesso em 13 set. 2011.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Caderno de Saúde Pública**. v. 19, n. 3, Mai/Jun, 2003.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 4ed. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2007.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo**. In: www.scielo.br, São Paulo, Revista Saúde Publica, 21(3) 200-10 1987. Acesso em: 08 abr. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia, pedagogos, para quê?**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2074/1726>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Campo Mourão, 2009.

PONDÉ FILHO, Joaquim. **Universidade da terceira idade**. Disponível em site:< http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/17/universidade_da_terceira_idade.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2011.

SILVEIRA, Renata; RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; COSTA JÚNIOR, Moacyr Lobo da. **Idosos que foram vítimas de acidentes de trânsito no município de Ribeirão Preto-SP**. In: www.scielo.com.br, Revista Latino-Americana de Enfermagem vol.10, n.6, Ribeirão Preto nov./dez. 2002. Acesso em 13 set. 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma P. A; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas –SP: Papyrus, 2001.

VERAS, R. P.; CALDAS, P. C. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento da universidade da terceira idade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n.2, Rio de Janeiro, 2004.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demanda e desafios contemporâneos. **Caderno de Saúde Pública**, v.23, n10, Out. 2007.

WONG, Laura L. Rodríguez e CARVALHO, J. A. **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas**. In: www.scielo.br, Revista Brasileira Estudo Populacional, vol.23, n.1, São Paulo, jan./Jun. 2006. Acesso em: 08 de abr. 2011.